

## **ENTREVISTA COM MARIA LUISA MENDONÇA, COORDENADORA DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**

### **Fundação Heinrich Böll: Qual o perfil do trabalhador da indústria da cana-de-açúcar no Brasil?**

**Maria Luisa Mendonça:** O perfil é a massa desempregada, que vive nas periferias das cidades, ou camponeses que perderam suas terras com o avanço do agronegócio. Muitos são migrantes de regiões empobrecidas do Nordeste ou do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. O desemprego causado pelo modelo agrícola baseado na monocultura e no latifúndio aumenta o contingente de trabalhadores que se submete a trabalhar em lugares distantes de sua origem, em condições extremamente precárias.

Na região dos canaviais aumentam as chamadas "cidades-dormitórios", onde os trabalhadores migrantes vivem em cortiços, barracos ou nas "pensões". Apesar da situação precária, os custos com moradia e alimentação são muito acima da média paga pela população em geral. Tanto os alojamentos das usinas, quanto as "pensões" são barracos ou galpões improvisados, superlotados, sem ventilação ou condições mínimas de higiene.

O corte mecanizado se tornou referência para a quantidade cortada pelos trabalhadores, que subiu de 5 a 6 toneladas por dia para cada trabalhador na década de 80, para 9 a 10 toneladas por dia na década de 90. Hoje já se registra uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas por dia, principalmente em regiões onde o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade.

O não cumprimento da meta frequentemente significa que o trabalhador será dispensado e colocado em uma lista que circulará por diversas usinas, o que o impede de voltar a trabalhar na safra seguinte.

O aumento da meta do corte da cana causou grande diminuição no número de mulheres que realizam esse trabalho. Além disso, a dupla jornada (obrigação com o trabalho na cana, com o serviço em casa e com o cuidado e educação dos filhos) significa um esforço muito maior para as mulheres que, mesmo com todas as dificuldades, enfrentam o trabalho bruto. Mas as usinas restringem esse trabalho com a exigência adicional de que as mulheres sejam "operadas", ou seja, impossibilitadas de ter filhos.

A maioria dos trabalhadores não tem controle da pesagem ou da metragem de sua produção diária, que é exercida pela usina. Muitas denúncias apontam para a manipulação e fraude desses dados pelas usinas, que pagam menos do que os trabalhadores teriam direito.

O "fracasso" causado pela perda do emprego, por não cumprir a meta do corte de 10 a 12 toneladas por dia, e a impossibilidade de voltar para casa com algum recurso para a família, fazem com que muitos trabalhadores "fujam" ou "desapareçam", migrando novamente (muitas vezes para a região Centro-Oeste) ou buscando trabalhos temporários nas periferias dos centros urbanos. Esse processo gera uma categoria de trabalhadores "itinerantes".

O sistema de folga nas usinas é de "5 por 1", ou seja, os trabalhadores têm um dia de folga a cada cinco dias de trabalho. Isso significa que a cada dia de folga somente um grupo relativamente pequeno de trabalhadores pode se reunir, o que dificulta o convívio social, familiar e a organização política. A maioria dos dias livres não é nos finais de semana, quando os trabalhadores teriam maior possibilidade de exercer essas atividades. Esse sistema exclui a exigência de que as usinas paguem horas extras nos finais de semana.

**Fundação:** Para além dos efeitos negativos graves para o trabalhador, o cultivo da cana, e das monoculturas em geral, carrega outros impactos, como para a soberania alimentar e para o meio ambiente, além de intensificar a concentração fundiária, provocar deslocamentos e migrações... **Comente.**

**Maria Luisa:** Na medida em que verificamos a expansão da indústria da cana, aumentam seus impactos negativos. Em relação aos danos ambientais, diversos fatos demonstram que os monocultivos de cana expandem-se para áreas de preservação como a Amazônia e o Cerrado.

A violação de direitos trabalhistas é comum no setor e ocorre em todas as regiões do país. Em São Paulo, a Procuradoria Regional do Trabalho ajuizou mais de 40 ações civis públicas contra usinas, somente em 2007. Em 2006, a Procuradoria do Ministério Público fiscalizou 74 usinas no estado e todas foram autuadas.

O avanço do monocultivo da cana e o descaso do governo com a produção de alimentos estimulam também o arrendamento de terras que antes produziam outras lavouras para as usinas. Através da prática do arrendamento, os pequenos agricultores perdem o controle sobre a produção e acabam convertendo-se em mão-de-obra barata para os usineiros no corte da cana. O resultado é a diminuição da produção de alimentos e a expulsão de comunidades rurais de suas terras.

**Fundação: Como você avalia a política agrária do governo Lula sob o ponto de vista dos direitos humanos? Houve uma mudança entre o plano proposto para esta área e sua execução real atual?**

**Maria Luisa:** A euforia governamental com os agrocombustíveis agrava a situação de concentração de terras no campo brasileiro, ameaça o meio-ambiente e a dignidade de vida das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Aumenta a exploração dos trabalhadores rurais, inclusive com dezenas de casos de morte por exaustão no corte da cana. Gera o aumento dos preços da terra e dos alimentos.

A expansão indiscriminada do monocultivo de cana-de-açúcar está relacionada com a ampliação do apoio governamental à sua transformação em agroenergia. Tal como no passado, através dos subsídios milionários do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e do Banco do Brasil para os usineiros, a atual expansão do setor somente se viabiliza através do aporte de grande quantidade de recursos públicos, através do BNDES, da Petrobrás, do Banco do Brasil, entre outras agências governamentais.

**Fundação: Qual a importância da volta da questão agrária para o centro do debate nacional e de que maneira isso influencia o processo de reforma agrária brasileiro ?**

**Maria Luisa:** Mais uma vez, o governo perde a oportunidade histórica de realizar uma ampla reforma agrária e de implementar políticas econômicas compatíveis com uma nação soberana, que deve ter como prioridade defender seu território e alimentar seu povo. É preocupante constatar que o governo tenha tomado partido dos usineiros e se recusa a mediar uma discussão séria e consistente sobre um modelo produtivo distinto, que imponha limites ao monocultivo, estabelecendo salvaguardas protetoras da vida e da saúde dos trabalhadores, da biodiversidade, das florestas, dos cerrados e dos rios.

**Fundação: Como fica a questão dos conflitos no campo e também o tema do trabalho escravo? Eles se diferenciam de alguma maneira dos outros monocultivos?**

**Maria Luisa:** O aumento da produção de etanol no país, com grande quantidade de recursos e incentivos do governo, em vez de significar a melhora das condições de trabalho, exige maior exploração da mão-de-obra. A indústria da cana necessita de grande quantidade de mão-de-obra e este setor se viabiliza através da superexploração do trabalho. Em 2007, mais da metade dos cerca de 6000 trabalhadores resgatados em condições de escravidão estavam em usinas de cana.

Entre 2005 e 2006, o Serviço Pastoral dos Migrantes registrou 17 mortes de trabalhadores migrantes no corte da cana em São Paulo. Em 2007, foram registradas cinco mortes de migrantes por excesso de trabalho nos canaviais do estado. Além destes casos, há outros registros de acidentes e mortes de trabalhadores no setor canavieiro em São Paulo. Em 2005, a Delegacia Regional do Trabalho registrou 416 mortes nas usinas do estado, a maioria por acidentes de trabalho ou em consequência de doenças como parada cardíaca, câncer, além de casos de trabalhadores carbonizados durante as queimadas.

**Fundação: Qual seu envolvimento com o tema do estudo? Quais você consideraria como suas principais “vitórias” neste tema?**

**Maria Luisa:** Há cerca de três anos, a Rede Social começou a monitorar a indústria da cana, que hoje é um tema central para quem trabalha com direitos humanos no meio rural. Creio que conseguimos desmistificar a idéia do etanol como energia “limpa” e “renovável”. Hoje, nossas críticas têm sido respaldadas por muitas pesquisas científicas e nossas articulações internacionais têm levado informações para outros países.

**Fundação: Quais experiências interessantes você destacaria pelo fim do trabalho escravo, tanto no âmbito da sociedade civil, dos movimentos sociais e sindicatos, quanto dentro do governo? Como os trabalhadores e os sindicatos se posicionam sobre o assunto?**

**Maria Luisa:** Creio que uma medida essencial seria a aprovação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição – PEC Nº 438, de 2001, que visa expropriar terras onde for constatada a exploração do trabalho escravo. Uma grande articulação de entidades está fazendo uma campanha nesse sentido.